

Sumário

Introdução.....	1
Capítulo I – O Sistema do Direito Positivo e a Criação de Normas Jurídicas	5
1.1 Interação entre o sistema social e o sistema do direito	5
1.2 Produção de enunciados do direito positivo	7
1.3 A criação das normas jurídicas	9
1.3.1 O papel do intérprete e a função da autoridade competente.....	9
1.3.1.1 Direito e valor.....	14
1.3.2 Método de interpretação dos enunciados do direito positivo.....	18
1.3.3 Norma jurídica	19
1.3.3.1 Norma em sentido amplo e norma em sentido estrito. Norma primária e norma secundária.	21
1.3.3.2 Norma abstrata e norma concreta	22
1.3.3.3 Norma geral e norma individual	23
1.4 Validade: ponderações acerca da compatibilidade da norma com o sistema.....	24
1.5 Vigência: a produção de efeitos das normas.....	27
1.6 Eficácia: a aderência das normas aos três planos	27
1.7 Incidência normativa e aplicação do direito.....	28

1.7.1 O papel da autoridade competente e crítica à concepção de que a incidência é automática.....	31
1.8 Revogação: a retirada da norma do sistema	32
Capítulo II – A função do STF e do STJ	37
2.2 O papel do STF	41
2.2.1 Competência enquanto intérprete da Constituição	41
2.2.1.1 Controle de constitucionalidade	43
2.2.1.1.1 Concentrado e abstrato	46
2.2.1.1.2 Difuso e concreto.....	49
2.2.2 Mecanismos e instrumentos para construção da jurisprudência.....	51
2.2.2.1 Repercussão geral.....	51
2.2.2.1.1 Requisito jurídico ou político?.....	56
2.2.2.2 Súmula vinculante.....	58
2.2.2.3 Súmula.....	62
2.2.2.4 Recurso extraordinário repetitivo.....	64
2.3 O papel do STJ.....	65
2.3.1 Competência enquanto intérprete da legislação infraconstitucional	65
2.3.2 Competência para uniformização da jurisprudência	68
2.3.3 Mecanismos e instrumentos para construção da jurisprudência.....	70

2.3.3.1 Recurso especial	70
2.3.3.2 Recurso especial repetitivo	74
2.3.3.3 Embargos de divergência	76
2.3.3.4 Súmula.....	77
2.3.3.5 Arguição de relevância: filtro político?	77
Capítulo III – Sistema Brasileiro de Precedentes.....	81
3.1 Sistema de civil law e sistema de common law.....	81
3.2 Considerações sobre o modelo brasileiro de precedentes	86
3.3 Princípios norteadores.....	90
3.3.1 Igualdade	90
3.3.2 Segurança Jurídica	93
3.4 Precedentes vinculantes	95
3.4.1 Decisões em controle concentrado de constitucionalidade, súmulas vinculantes, recursos extraordinário e especial repetitivos	95
3.4.2 Incidente de resolução demandas repetitivas e de assunção de competência	96
3.5 Elementos do precedente vinculante.....	98
3.5.1 Razões determinantes (<i>ratio decidendi</i>)	98
3.5.2 Outras razões (<i>obiter dictum</i>)	102
3.5.3 <i>Stare decisis</i>	104

3.5.4 Voto médio	106
3.6 Produção de efeitos das decisões vinculantes	107
3.6.1 Modulação de efeitos das decisões.....	107
3.6.2 Declaração de inconstitucionalidade	118
3.7 Modificação de precedente (<i>overruling</i>) e efeitos do novo entendimento	119
3.8 Aplicação de precedente vinculante e <i>distinguishing</i>	125
Capítulo IV – Instrumentos para Desafiar a Aplicação de Precedentes Vinculantes.....	129
4.1 Reclamação	129
4.1.1 Natureza jurídica	129
4.1.2 Hipóteses e o momento da propositura da Reclamação.....	133
4.1.3 Fim almejado com a propositura da reclamação e o conteúdo da decisão a ser proferida	137
4.1.4 Reclamação como instrumento para realização do <i>distinguish</i> ...	142
4.2 Ação rescisória.....	144
4.2.1 Cabimento quando houver violação de norma jurídica e <i>distinguish</i>	144
4.2.2 Modificação de jurisprudência e ação rescisória.....	146
Capítulo V – Reflexos dos Precedentes na Construção de Normas Individuais e Concretas em Matéria Tributária	151

5.1 Precedentes vinculantes e a construção de normas individuais e concretas	151
5.2 Vinculação de órgãos da administração aos precedentes vinculantes	154
5.2.1 O CARF e a necessidade de observância de precedentes vinculantes	154
5.2.2 A Administração também deve seguir os precedentes vinculantes	156
5.3 Particularidades no ato administrativo de lançamento tributário	160
5.3.1 Reflexos na contagem do prazo de decadência	160
5.3.2 Revisão do lançamento.....	165
5.4 Reflexos no tocante à continuidade da cobrança do crédito tributário após o encerramento da discussão na esfera administrativa.....	168
Conclusões	173
Bibliografia.....	179